

AS PRÁTICAS CURRICULARES E A ADAPTAÇÃO PARA ALFABETIZAÇÃO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA NO 1º ANO DO ENSINO FUNDAMENTAL

Ana Grete Alves dos Santos ¹
Gessiane Aline Bezerra e Silva ²

RESUMO

As práticas curriculares que visam à inclusão de educandos com Transtorno do Espectro Autista que fazem parte da Educação Especial têm sido motivo de discussão no contexto escolar das escolas públicas brasileiras. Assim, o presente estudo se propõe a descrever a relevância da adaptação curricular para a alfabetização de crianças autistas no 1º ano do Ensino Fundamental de uma escola no município de Salgueiro - PE. O que leva a tecer indagações: como desenvolver adaptação curricular que favoreçam a alfabetização e letramento dos/das discentes com TEA no 1º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais? Para responder ao questionamento e subsidiar e respaldar esse trabalho foi realizada uma revisão integrativa de artigos na base dados scielo entre janeiro e abril de 2025, ainda foi preciso recorrer a estudos de autores como: Oliveira; Delou (2023), Lima et al. (2021), Aguiar (2020), Sousa; Nascimento; Pires (2015), dentre outros. Percebeu-se que o desenvolvimento da adaptação curricular e das práticas pedagógicas deve acontecer tendo como base documentos norteadores da prática como a Base Nacional Comum Curricular e o Currículo de Pernambuco Ensino Fundamental. Destacando a importância da produção da aprendizagem levando em conta processos de ensino previamente planejados. Com a construção da Proposta Pedagógica incluindo direcionamentos para adaptação curricular e a prática pedagógica com aprendizes com TEA e do Plano Educacional Individualizado - PEI que permite realizar a organização das atividades a partir do interesse da criança, das necessidades reais e das habilidades que ainda precisam ser conquistadas. Da organização de um ambiente alfabetizador com painéis de rotina visual, com métodos de comunicação alternativa, uso de estratégias motivacionais, sistemas de fichas e acompanhante especializado. Os resultados apontam para a necessidade de fornecer encontros formativos contínuos para profissionais de apoio, professores, coordenadores e gestores focados na adaptação curricular voltada para a alfabetização dos autistas.

Palavras-chave: Adaptação Curricular, Educação Inclusiva, Práticas pedagógicas, Transtorno do Espectro Autista.

INTRODUÇÃO

O debate sobre inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista – TEA na Educação Básica tem ganhado crescente relevância no cenário educacional brasileiro.

¹ Mestranda da Universidade Del Sol – UNADES, anagrete2021@gmail.com;

² Graduada pelo curso de Pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco Campus Agreste – CAA, gessyline777@gmail.com;



A Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 2008) e a Lei de Diretrizes e Bases na Educação Nacional, Lei nº 9394/1996 (BRASIL, 1996), a Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2008), dentre outras bases legais, asseguram o direito à educação de qualidade para todos, incluindo aqueles com necessidades educacionais específicas.

Assim, a educação inclusiva busca garantir o direito de todos à aprendizagem significativa, respeitando as diferenças e assegurando condições equitativas de acesso, permanência e sucesso escolar. Nesse contexto, a alfabetização das crianças autistas constitui um desafio que requer adaptações curriculares eficazes para promover aprendizagens significativas. E, portanto, emergem como instrumentos pedagógicos indispensáveis à efetivação da inclusão, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental, fase em que a alfabetização assume papel central na formação do sujeito leitor e escritor.

Diversos estudos têm apontado que o processo de alfabetização de crianças com TEA requer estratégias diferenciadas, planejamento intencional e o uso de metodologias diversificadas que respeitem o ritmo, os interesses e as potencialidades individuais. (OLIVEIRA; DELOU, 2023; LIMA ET AL., 2021; AGUIAR, 2020; SOUSA; NASCIMENTO; PIRES, 2015). Assim, a adaptação curricular deixa de ser entendida como simplificação do conteúdo e passa a representar a reorganização de práticas e recursos que viabilizam aprendizagens reais e o desenvolvimento global do educando.

No município de Salgueiro-PE, como em tantas outras realidades brasileiras, observa-se a necessidade de práticas pedagógicas que articulem recursos e metodologias adaptadas às características individuais de cada educando. Diante desse cenário, e considerando a crescente presença de estudantes autistas nas escolas públicas do município de Salgueiro-PE, e pela necessidade de fortalecer práticas pedagógicas que tornem o processo de ensino aprendizagem mais acessível, é que elenca-se como objetivo descrever a relevância da adaptação curricular para a alfabetização de crianças autistas no 1º ano do Ensino Fundamental de uma escola no município de Salgueiro – PE, buscando responder à questão norteadora: como desenvolver adaptação curricular que favoreçam a alfabetização e letramento dos/das discentes com TEA no 1º ano do Ensino Fundamental Anos Iniciais?

A pesquisa adota abordagem qualitativa, de caráter descritivo, fundamentada em revisão uma revisão integrativa de literatura, com levantamento de artigos disponíveis na base scielo entre janeiro e abril de 2025, além de análise de obras e documentos oficiais que orientam a educação inclusiva. Essa metodologia permitiu compreender as



contribuições teóricas e práticas de diferentes autores acerca das estratégias de adaptação curricular e das condições necessárias para sua efetivação.

As análises realizadas à luz dos estudos de (OLIVEIRA; DELOU, 2023), (LIMA ET AL., 2021), (AGUIAR, 2020) e (SOUSA; NASCIMENTO; PIRES, 2015) evidenciam que o desenvolvimento das adaptações curriculares e das práticas pedagógicas inclusivas deve ser orientado por documentos norteadores da prática docente, como a Base Nacional Comum Curricular – BNCC (BRASIL, 2015) e o Currículo de Pernambuco – Ensino Fundamental (BRASIL, 2018). Esses referenciais oferecem diretrizes essenciais para a elaboração de um ensino planejado, que assegure a aprendizagem significativa e o desenvolvimento das potencialidades de cada estudante com Transtorno do Espectro Autista – TEA.

Constatou-se que a Proposta Pedagógica da escola precisa incluir orientações específicas sobre adaptação curricular e práticas de ensino voltadas aos aprendizes com TEA, de forma articulada com o Plano Educacional Individualizado. Este, por sua vez, configura-se como uma ferramenta essencial para organizar as atividades pedagógicas a partir dos interesses, necessidades e habilidades de cada criança, favorecendo a construção de percursos personalizados de aprendizagem.

Os resultados evidenciaram que a efetividade das adaptações curriculares está diretamente associada ao planejamento pedagógico personalizado, ao uso do Plano Educacional Individualizado – PEI, à organização de ambientes alfabetizadores estruturados, à utilização de recursos visuais e comunicacionais alternativos e à formação continuada dos profissionais da educação. Tais práticas revelam-se essenciais para favorecer a atenção, o engajamento e a autonomia dos estudantes autistas, contribuindo para sua alfabetização e inclusão social.

Assim, torna-se relevante a organização de ambientes alfabetizadores estruturados, com o uso de painéis de rotina visual, sistemas de comunicação alternativa e aumentativa, estratégias motivacionais, materiais concretos, sistemas de fichas e o acompanhamento especializado, de modo a potencializar a atenção, a autonomia e o engajamento dos educandos com TEA.

Por fim, destaca-se a necessidade de oferta contínua de formação para os profissionais da educação, abrangendo professores regentes, professores de apoio, coordenadores e gestores escolares. Tais formações devem priorizar o estudo das estratégias de adaptação curricular e da alfabetização inclusiva, garantindo que a escola consolide uma cultura pedagógica voltada à equidade e ao respeito às diferenças.



Em síntese, o estudo reafirma que a adaptação curricular deve ser compreendida como um processo dinâmico e colaborativo, sustentado por políticas públicas, práticas pedagógicas reflexivas e compromisso institucional. Conclui-se que a promoção de uma alfabetização inclusiva depende não apenas da reorganização do currículo, mas também de uma postura ética e pedagógica voltada à valorização das diferenças e ao reconhecimento do potencial de cada estudante.

Em suma, os resultados reforçam que a efetividade das práticas inclusivas depende de uma ação pedagógica planejada, colaborativa e alinhada aos princípios da educação inclusiva, o que requer compromisso institucional e políticas públicas que sustentem a formação e o apoio necessários ao trabalho docente.

METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa da literatura de caráter qualitativo e descritivo, cujo a fim de mapear, sintetizar e analisar produções científicas sobre adaptações curriculares e práticas pedagógicas voltadas à alfabetização de crianças com Transtorno do Espectro Autista nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A escolha da revisão integrativa justificou-se pela possibilidade de agregar evidências de diferentes tipos de estudo e construir uma base teórica e prática que subsidie intervenções escolares.

A busca bibliográfica foi realizada principalmente na base de dados scielo, considerando publicações no período de janeiro a abril de 2025. Complementos bibliográficos e documentos oficiais foram consultados para contextualizar os achados e ancorar as recomendações práticas.

Elaborou-se uma estratégia de busca reproduzível, combinando descritores e operadores booleanos. Como “adaptação curricular” OR “adaptações curriculares” OR “currículo adaptado” AND “autismo” OR “Transtorno do Espectro Autista” OR “TEA” AND “alfabetização” OR “letramento” OR “anos iniciais” OR “ensino fundamental”. Foram também utilizados termos correlatos e não foi encontrado nenhum artigo. Foi utilizado então somente “transtorno do espectro autista” na tentativa de encontrar artigos relacionados com a educação e filtros de idioma, português, quando disponíveis.

Com esse último descritor foram encontrados 298 artigos, após aplicação do filtro português e recorte temporal de 2020 a 2025 restaram apenas 175, após retirados os artigos repetidos restaram 81 artigos, após leitura de título e resumo obteve-se 22 artigos, que quando lidos na íntegra mantiveram relação com a temática 02 artigos.



Foram definidos critérios para seleção dos registros. Como critério de inclusão optou-se: artigos e documentos que abordassem adaptações curriculares, estratégias pedagógicas ou processos de alfabetização para crianças com TEA; estudos publicados em periódicos indexados na scielo e documentos oficiais relevantes; publicações com data até abril de 2025; e textos em português.

Como critérios de exclusão: trabalhos que não tratassem direta ou substancialmente da alfabetização ou da adaptação curricular para TEA; resumos de eventos sem texto completo disponível; produções duplicadas dentre as bases consultadas.

O processo de seleção seguiu etapas padronizadas para assegurar transparência e reduzir vieses: remoção de artigos duplicados, triagem por título e resumo, leitura integral. Os dados foram organizados seguindo algumas informações identificação do estudo, objetivo do estudo, contexto escolar, descritores das estratégias e adaptações curriculares relatadas, instrumentos e recursos utilizados; principais achados e recomendações e limitações apontados pelos autores.

A análise foi de natureza qualitativa e temática. As etapas envolveram: leitura imersiva dos textos completos, codificação aberta dos trechos relevantes; agrupamento dos códigos em quatro categorias temáticas e síntese interpretativa dos temas com extração de evidências e citações exemplificativas.

Por se tratar de uma revisão integrativa baseada em literatura já publicada, a pesquisa não envolveu sujeitos humanos em coleta primária de dados; portanto, não há exigência de submeter o trabalho a Comitê de Ética em Pesquisa envolvendo seres humanos.

Reconhecem-se limitações inerentes ao delineamento adotado: a busca centrada na scielo pode não abranger publicações indexadas em outras bases internacionais; além disso, a seleção temporal. A avaliação de qualidade, ainda que sistemática, tem limitações quando comparada a revisões sistemáticas com meta-análise para evidências quantitativas. Essas limitações foram consideradas na interpretação dos achados e nas recomendações.

REFERENCIAL TEÓRICO

A educação inclusiva constitui um dos maiores desafios e, ao mesmo tempo, uma das mais importantes conquistas no cenário educacional contemporâneo. Sua



implementação efetiva requer uma revisão profunda das práticas pedagógicas, das concepções de ensino e da formação docente.

A alfabetização de crianças com necessidades educacionais especiais não deve ser compreendida como um processo isolado ou diferenciado, mas como parte integrante de uma proposta pedagógica ampla, pautada nos princípios da inclusão e da equidade (AGUIAR, 2020). A autora enfatiza que a escola precisa oferecer condições reais de aprendizagem, respeitando as singularidades de cada aluno e provendo o acesso a experiências significativas que estimulem o desenvolvimento cognitivo, afetivo e social.

Nesse sentido, a alfabetização inclusiva demanda o uso de estratégias pedagógicas diversificadas que considerem diferentes estilos e ritmos de aprendizagem. Diante disso, o papel do professor é fundamental nesse processo, uma vez que ele atua como mediador da aprendizagem, adaptando materiais, atividades e metodologias para favorecer a participação efetiva de todos (AGUIAR, 2020). A utilização de recursos visuais, jogos educativos, atividades lúdicas e tecnologias assistivas é destacada como alternativa eficaz para ampliar as possibilidades de comunicação e expressão dos alunos com deficiências ou transtornos de aprendizagem.

Complementando essa perspectiva, as práticas pedagógicas inclusivas no ensino fundamental, ressaltando os desafios e as possibilidades que se apresentam no cotidiano escolar. Assim, a construção de uma escola inclusiva requer não apenas o cumprimento das legislações e diretrizes educacionais, mas também a mudança de atitudes, valores e concepções entre os profissionais da educação. Diante disso, o principal obstáculo é a resistência de parte do corpo docente em adotar metodologias inclusivas, muitas vezes por falta de formação adequada ou de apoio institucional (LIMA, 2021). Entretanto, reconhece-se que existem experiências exitosas que demonstrem ser possível desenvolver práticas efetivas de inclusão quando há compromisso, planejamento e colaboração entre professores, gestores e famílias.

A educação inclusiva e as práticas pedagógicas devem ser entendidas dentro de um contexto escolar que valorize a diversidade e promova a aprendizagem colaborativa. Diante disso, defende-se que o ambiente escolar precisa se constituir como um espaço de convivência e troca, onde as diferenças são reconhecidas como oportunidades de enriquecimento mútuo (OLIVEIRA; DELOU, 2023). Nesse contexto, o currículo escolar deve ser flexível e adaptável, contemplando diferentes formas de acesso ao conhecimento.



Desse modo, destaca-se a importância do trabalho interdisciplinar e da formação continuada dos professores como estratégias para fortalecer a inclusão, visto que a prática pedagógica inclusiva não se resume à inserção física do aluno na sala de aula, mas à sua efetiva participação no processo educativo (OLIVEIRA; DELOU, 2023).

Além das dificuldades pedagógicas e estruturais, há também desafios específicos relacionados a determinados grupos de alunos. A educação de alunos com TEA, evidenciam a complexidade desse processo (SOUSA, NASCIMENTO; PIRES, 2015). Dessa forma, o atendimento educacional a estudantes com TEA exige um olhar sensível e individualizado, considerando suas particularidades no campo da comunicação, da interação social e do comportamento.

Nesse sentido, o uso de metodologias diferenciadas e o apoio de profissionais especializados, como psicopedagogos e terapeutas ocupacionais, são fundamentais para o desenvolvimento integral desses alunos. Assim, ainda que a inclusão de alunos com autismo só é efetivo quando a escola oferece condições concretas de participação, rompendo com práticas excludentes e promovendo um ambiente acolhedor e estimulante (SOUSA, NASCIMENTO; PIRES, 2015).

Observa-se, portanto, que as práticas pedagógicas inclusivas exigem um reposicionamento do papel docente, que deve ir além da simples transmissão de conteúdos. O professor atua como um facilitador do aprendizado, promovendo estratégias que contemplem as múltiplas inteligências e potencialidades dos alunos. A formação continuada é essencial para o aprimoramento das práticas pedagógicas, pois possibilita ao professor refletir sobre sua prática, conhecer novas metodologias e compreender melhor as necessidades específicas de seus alunos (AGUIAR, 2020) (LIMA, 2021). Do mesmo modo, ressalta-se que a formação docente precisa incluir conteúdos voltados à educação inclusiva, ao uso de tecnologias assistivas e à adaptação curricular (OLIVEIRA; DELOU, 2023).

Outro aspecto relevante apontado por esses autores é o trabalho colaborativo dentro da escola. A inclusão não deve ser responsabilidade exclusiva do professor da sala regular, mas de toda a comunidade escolar. A equipe pedagógica, os profissionais de apoio e a família desempenham papéis complementares no processo educativo. A parceria entre esses agentes possibilita um planejamento pedagógico mais consistente e centrado nas reais necessidades dos alunos, conforme destacam (LIMA, 2021) e (SOUSA, NASCIMENTO; PIRES, 2015).



Portanto, a literatura evidencia que a inclusão escolar é um processo contínuo e desafiador, que requer compromisso político, pedagógico e ético. A efetividade de práticas pedagógicas inclusivas demanda, além de recursos materiais e tecnológicos, a construção de uma cultura escolar baseada na valorização das diferenças e na garantia do direito à educação de qualidade para todos. A escola inclusiva, é aquela que acolhe, respeita e ensina a todos, reconhecendo que a diversidade é constitutiva do processo educativo e não um obstáculo à aprendizagem (AGUIAR, 2020) e (OLIVEIRA; DELOU, 2023).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A partir da análise integrativa das produções científicas selecionadas, emergiram quatro eixos temáticos centrais que expressam as tendências, desafios e possibilidades da alfabetização e da educação inclusiva no contexto contemporâneo: (1) concepções de inclusão e alfabetização, (2) práticas pedagógicas e formação docente (3) Desafios estruturais e pedagógicos da inclusão, e (4) Perspectivas éticas e inovadoras no processo educativo da criança com TEA.

Categoria 1 - Concepções de inclusão e alfabetização

Os estudos analisados convergem ao compreender a alfabetização como processo multidimensional e inclusivo. Destaca-se que a alfabetização deve transcender o ensino técnico da leitura e escrita, incorporando dimensões afetivas, sociais e culturais que favoreçam a participação de todos os estudantes (AGUIAR, 2020). Essa compreensão amplia o papel da escola, que passa a ser vista como espaço de convivência e reconhecimento das diferenças.

De modo complementar, a inclusão não se resume à presença física do aluno com deficiência, mas implica sua participação afetiva nas experiências de aprendizagem, o que demanda reconfigurações nas práticas pedagógicas e nas relações escolares (SOUSA; NACIMENTO; PIRES, 2015). Assim, alfabetizar de forma inclusiva significa criar condições reais para que cada sujeito aprenda a partir de suas potencialidades, e não de suas limitações.

Categoria 2 - Práticas pedagógicas e formação docente



O sucesso das práticas pedagógicas inclusivas está fortemente associada à formação docente contínua e crítica (LIMA, 2021). A autora ressalta que a inclusão se concretiza na prática diária do professor, exigindo domínio teórico, sensibilidade ética e criatividade metodológica. Essa análise é reforçada a partir da visão de compreensão das práticas inclusivas como espaços de colaboração entre profissionais da educação, estudantes e famílias, articulando estratégias que promovam a autonomia dos aprendizes (OLIVEIRA; DELOU, 2023).

O estudo evidencia a importância de formação continuada de professores; planejamento pedagógico multidisciplinar; criação de ambientes sensorialmente adequados e acessíveis; uso de tecnologias assistivas e abordagens inovadoras (SCAMATI; CANTORANI; PICININ, 2025).

Os estudos integrados apontam que a reflexão docente é um elemento fundamental: professores que analisam e replanejam suas ações com base nas respostas dos alunos com TEA conseguem construir ambientes mais acessíveis e afetivos, alinhados aos princípios de uma educação inclusiva e democrática.

Categoria 3 - Desafios estruturais e pedagógicos da inclusão

Os resultados da revisão revelam que, apesar dos avanços teóricos e legais, ainda persistem desafios estruturais, formativos e atitudinais. Assim muitos contextos escolares carecem de recursos didáticos acessíveis e apoio institucional (LIMA, 2021) e (AGUIAR, 2020). Além disso, destaca-se a necessidade de políticas públicas efetivas que garantam condições materiais e pedagógicas para a consolidação da inclusão (OLIVEIRA; DELOU, 2023).

A análise integrativa indica que tais limitações não anulam os avanços, mas reafirmam a necessidade de ações intersetoriais e de uma formação docente educacional deve ser entendida como processo coletivo e permanente, que exige compromisso político e pedagógico de toda a comunidade escolar.

Categoria 4 - Perspectivas éticas e inovadoras no processo educativo de alunos com TEA

A dimensão ética foi recorrente nos estudos revisados. Todos os autores enfatizam que a inclusão deve ser pautada pelo respeito à diversidade e pela valorização das



diferenças humanas. Ao defender uma prática pedagógica centrada na dignidade e no protagonismo do aluno, em que a inovação tecnológica e metodológica deve servir à humanização do processo educativo, e não à sua padronização (AGUIAR, 2020) e (OLIVEIRA; DELOU, 2023).

Nesse sentido, a pesquisa integrativa evidencia que a inovação em educação inclusiva não se limita à adoção de tecnologias ou metodologias ativas, mas à construção de novas formas de relação, empatia e corresponsabilidade entre professores e alunos. As práticas observadas nos estudos analisados apontam que o diálogo, a escuta sensível e a coautoria são instrumentos éticos e inovadores para a alfabetização inclusiva.

Os resultados ainda reforçam que não existe uma metodologia única e padronizada para o ensino de pessoas com TEA. É necessário considerar a heterogeneidade do espectro e adaptar práticas às necessidades individuais (SCAMATI; CANTORANI; PICININ, 2025).

De forma geral, a análise integrativa permite afirmar que os estudos convergem em torno da necessidade de uma alfabetização que seja inclusiva, significativa e socialmente comprometida. As contribuições de (AGUIAR, 2020), (LIMA, 2021), (OLIVEIRA; DELOU, 2023) e (SOUSA; NASCIMENTO; PIRES, 2015) apontam para uma visão ampliada de educação, que integra a prática docente, o respeito à diversidade e o compromisso ético como fundamentos de uma escola verdadeiramente para todos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise realizada permitiu compreender que a adaptação curricular constitui um elemento essencial para a efetivação da alfabetização de crianças com TEA, especialmente nos anos iniciais do Ensino Fundamental. As evidências apontadas na revisão integrativa demonstram que a inclusão escolar vai além da simples presença do aluno na sala regular, ela requer um conjunto articulado de ações pedagógicas, estruturais e formativas que assegurem o direito à aprendizagem significativa.

Os estudos revisados evidenciam que a alfabetização inclusiva demanda planejamento intencional, uso de recursos visuais e comunicacionais alternativos, além da elaboração de Planos Educacionais Individualizados que considerem as potencialidades, os interesses e as necessidades específicas de cada criança. A organização de ambientes alfabetizadores estruturados, a formação continuada dos



profissionais da educação e o fortalecimento do trabalho colaborativo entre docentes, gestores e famílias emergem como fatores decisivos para êxito desse processo.

Constata-se, ainda, que a consolidação de práticas inclusivas depende de políticas públicas consistentes, que assegurem apoio técnico e pedagógico às escolas, bem como investimento em formação continuada voltada à alfabetização de alunos com TEA. A escola precisa se afirmar como espaço de acolhimento, equidade e respeito à diversidade, reconhecendo o potencial de cada estudante e promovendo o protagonismo de todos.

Do ponto de vista científico e prático, este estudo contribui para o avanço das discussões sobre alfabetização e inclusão, ao destacar a relevância das adaptações curriculares como instrumentos de democratização do ensino. Contudo, reconhece-se a necessidade de novas pesquisas que explorem práticas impíricas em contextos escolares diversos, analisando os impactos concretos das adaptações curriculares no desempenho e na autonomia das crianças com TEA, visto que o acervo bibliográfico ainda é bastante limitado que envolve essa temática.

Em síntese, reafirma-se que a inclusão escolar efetiva exige não apenas mudanças pedagógicas, mas também uma transformação ética e cultural que valorize as diferenças como parte constitutiva da aprendizagem. Assim, a adaptação curricular deve ser compreendida como um processo contínuo, colaborativo e comprometido com a construção de uma educação pública de qualidade para todos.

REFERÊNCIAS

AGUIAR, M. C. **Alfabetização e inclusão: estratégias pedagógicas para crianças com necessidades educacionais especiais**. São Paulo: Cortez, 2020.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. MEC/SEESP, 2008.

PERNAMBUCO. **Curriculo de Pernambuco: Ensino Fundamental**. Recife: Secretaria de Educação e Esportes de Pernambuco, 2024. Disponível em: <https://portal.educacao.pe.gov.br/wp-content/uploads/2024/08/CURRICULO-DE-PERNAMBUCO-ENSINO-FUNDAMENTAL.pdf>. Acesso em 30 out.2025.

LIMA, F. C. et al. **Práticas pedagógicas inclusivas no Ensino Fundamental: desafios e possibilidades**. Revista Educação e Sociedade, Campinas, v. 42, n. 1, p. 1-15, 2021.



OLIVEIRA, R.; DELOU, C. **Educação inclusiva e práticas pedagógicas no contexto escolar**. Rio de Janeiro: Vozes, 2023.

SOUSA, A.; NASCIMENTO, L.; PIRES, J. **Educação de alunos com Transtorno do Espectro Autista**: práticas e desafios. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Marília, v. 21, n. 3, p. 329-344, 2015. Acesso em: 04 de mai. De 2025.

SCAMATI, Vagner; CANTORANI, José Roberto Herrera; PICININ, Claudia Tania. **Os desafios na aprendizagem de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA): uma revisão**. *Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 33, n. 126, p. 1–23, jan./mar. 2025. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ensaio/a/y9npmhcjddVQVVLyGhPsynC/?lang=pt>. Acesso em: 04 de mai. de 2025.

